

**MULTI PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS NA PANDEMIA COVID-19:
uma revisão sistemática de literatura sobre o ensino básico, nesse período, no Brasil**

Dayene Mendes Silva Gonçalves¹
Evangelina de Mello Bastos²
Josiel Lopes Valadares³

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar políticas públicas educacionais e ações do poder público voltadas para o ensino básico, durante a Pandemia de Covid-19. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, realizada por meio da busca no portal da CAPES, com acesso expandido às seguintes bases de dados eletrônicas: *Scopus*, *Web of Science*, *Science Direct* e *SciELO*, de publicações nacionais no período compreendido entre 2020 e 2023. Na pesquisa efetuada não se encontraram elementos que mostrem uma preocupação com as políticas públicas exclusivamente voltadas para enfrentar os desafios educacionais impostos pela pandemia. Constatou-se o ensino remoto como uma alternativa viável em situações de emergência como a pandemia de Covid-19 e a importância da interação social e da sociabilização no desenvolvimento dos estudantes. Por fim, como contribuição, o estudo enriquece a literatura sobre a temática, à medida que evidencia os elementos que podem influenciar no gerenciamento de situações de crises em educação básica e destaca a necessidade de desenvolver políticas educacionais com investimentos adequados ao enfrentamento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação Básica. Equidade em Educação. Políticas Públicas em Educação.

**MULTIPLE EDUCATIONAL PERSPECTIVES DURING THE PANDEMIC: A
systematic literature review on elementary education in Brazil**

Abstract: This article aims to identify educational public policies and actions of the public authorities focused on basic education during the Covid-19 Pandemic. It is a systematic literature review, conducted by searching the following electronic databases in CAPES portal with expanded access: *Scopus*, *Web of Science*, *Science Direct*, and *SciELO*, covering national publications from 2020 to 2023. In the conducted research, no elements were found that show concern with public policies exclusively aimed at addressing the educational challenges imposed by the pandemic. Remote learning was found to be a viable alternative in emergency situations such as the Covid-19 pandemic, highlighting the importance of social interaction and sociability in the development of students. Finally, as a contribution, the study enriches the literature on the topic by highlighting the elements that can influence the management of crisis situations in basic education and underscores the need to develop educational policies with appropriate investments to address social inequalities.

Keywords: Basic Education. Equity in Education. Public Policies in Education.

¹ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, Mestra em Gestão e Estratégia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e graduada em Sistemas de Informação pelo Instituto Doctum. Técnica em Tecnologia da Informação no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. E-mail de contato: dayene.goncalves@ufv.br.

² Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, Mestra em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Participante do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Desenvolvimento (UFV) do CNPq. E-mail de contato: evangelina.bastos@ufv.br.

³ Professor Adjunto no Departamento de Administração e Contabilidade e no Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Coordena um Grupo de Estudos em Transparência, Accountability e Corrupção. Possui doutorado (UFLA), mestrado (UFV) e graduação (UFV) em Administração. E-mail de contato: josiel.valadares@ufv.br

PERSPECTIVAS EDUCATIVAS MÚLTIPLES DURANTE LA PANDEMIA: Una revisión sistemática de literatura sobre la educación primaria en Brasil

Resumen: Este artículo tiene como objetivo identificar políticas públicas educativas y acciones del poder público dirigidas a la educación básica durante la pandemia de Covid-19. Se trata de una revisión sistemática de la literatura, realizada a través de la búsqueda en el portal CAPES, con acceso ampliado a las siguientes bases de datos electrónicos: Scopus, Web of Science, Science Direct y Scielo, de publicaciones nacionales en el período comprendido entre 2020 y 2023. En la investigación realizada, no se encontraron elementos que muestren una preocupación por las políticas públicas dirigidas exclusivamente a enfrentar los desafíos educativos impuestos por la pandemia. Se constató que el aprendizaje a distancia es una alternativa viable en situaciones de emergencia como la pandemia de Covid-19, destacando la importancia de la interacción social y la sociabilidad en el desarrollo de los estudiantes. Finalmente, como contribución, este estudio enriquece la literatura sobre el tema, en la medida que hace evidente los elementos que pueden influir en el manejo de situaciones de crisis en la educación básica y destaca la necesidad de desarrollar políticas educacionales con inversiones adecuadas al enfrentamiento de desigualdades sociales.

Palavras-clave: Educación Básica. Equidad en la Educación. Políticas Públicas en Educación.

Introdução

Frente a uma pandemia, é crucial considerar não apenas os aspectos relacionados à saúde pública e coletiva, mas também reconhecer o amplo impacto que uma crise de saúde, como a causada pela Pandemia de Covid-19, exerce nos diversos setores da sociedade. O escasso conhecimento sobre os efeitos nos diferentes contextos sociais provocados pela pandemia, em razão da falta de conhecimento científico da infecciosidade do vírus, até então desconhecido, forçaram mudanças em bilhões de vidas.

A pandemia de Covid-19 foi classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a crise mais desafiadora desde a Segunda Guerra Mundial (BBC, 2020). A partir de março de 2020, com a declaração oficial dessa doença pela OMS, os estados brasileiros gradativamente começaram a implementar medidas de interdição das atividades de circulação de pessoas e a promover o isolamento social. Conseqüentemente, as atividades de diversos setores foram impactadas, dentre essas, as atividades educacionais de diferentes níveis e modalidades não ficaram isentas, sendo suspensas no decorrer daquele mês, à medida que os estados publicaram seus respectivos decretos locais (Castioni et al., 2021).

Nesse período da pandemia, a área da educação foi uma das mais atingidas, visto que foram tomadas medidas de distanciamento social e instruções de permanência em casa, emitidas por governos e autoridades de saúde para conter a propagação da Covid-19, forçando mudanças

significativas nesse setor. Essas medidas exigiram adaptações no ensino e aprendizagem, levando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a fornecer uma lista detalhada de plataformas digitais, aplicativos e ferramentas para ajudar pais e educadores a facilitar a educação de forma segura (Hussein et al., 2021). A disseminação da Pandemia de Covid-19 desencadeou uma crise sanitária que afetou a economia, cultura e política em âmbito nacional e internacional. Nesse contexto caracterizado pela extrema incerteza, a necessidade de adaptação e improvisação se tornou premente (Pascuci; Fishlow, 2023). É possível que esse momento sem precedentes tenha exacerbado as desigualdades existentes em todo o Brasil, abrangendo aspectos como renda, moradia, acesso à saúde, saneamento, educação e emprego, uma vez que a necessidade de distanciamento social rapidamente fez com que o povo brasileiro experimentasse suas consequências (Brasil, 2020).

Diante deste cenário desafiador, surge a necessidade de aprofundar nossa compreensão sobre as implicações da pandemia no Brasil e no mundo. A disseminação de informações é fundamental para aprender com as experiências vivenciadas, e é com esse propósito que este estudo se apresenta. Explorando a literatura recente, investigamos as políticas voltadas para a educação básica e pública durante esse período, especialmente considerando que o distanciamento social trouxe a necessidade de as escolas adotarem estratégias para assegurar a continuidade do processo educativo. Além disso, nosso interesse é destacar as múltiplas perspectivas relacionadas à implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), incluindo as dificuldades e desafios enfrentados pela gestão pública, pelos docentes e, sobretudo, pelos discentes, cujo direito à educação deve ser garantido.

Face ao exposto, a pergunta que norteia esse estudo é “Como a Pandemia de Covid-19 repercutiu nas políticas públicas e ações educacionais do ensino básico no Brasil?”. O objetivo principal é identificar políticas públicas educacionais e ações do poder público durante a pandemia voltadas para o ensino básico. Para atender ao objetivo, foi realizada uma busca na base de dados Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa abordagem permitiu uma análise o mais abrangente possível dos estudos realizados e publicados em nível nacional no contexto da pandemia, levando em consideração diferentes perspectivas e experiências, além de mostrar a realidade sobre as estratégias adotadas pelas instituições de ensino, bem como identificar lacunas de conhecimento.

Compreender o que vem sendo pesquisado em relação às implicações do fenômeno da pandemia no contexto da educação, especialmente educação básica, possibilita uma reflexão sobre a necessidade da garantia do direito à educação de qualidade em um contexto de mudanças e incertezas. A justificativa deste estudo se dá pela importância de se compreender elementos que podem influenciar no enfrentamento de situações de crises em educação, por meio de aspectos que vêm sendo evidenciados nas pesquisas, possibilitando decisões mais assertivas por parte dos gestores governamentais, bem como estratégias dos discentes e docentes para contornar obstáculos oriundos do impacto da crise nas escolas.

Ademais, é oportuno e significativo estudos sobre a Pandemia de Covid-19 e seus impactos no setor educacional, visando mudanças na prática das ações governamentais de forma que possa minimizar o impacto de crises que acometem o cotidiano escolar. A seguir, discute-se os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, seguindo da discussão, resultados achados e considerações finais.

Método

Esta pesquisa consiste em uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) e teve como suporte para sua execução o protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises, mais conhecido como PRISMA, que se refere a um *check list* com itens e um fluxograma de quatro etapas para descrever uma revisão. Esse protocolo foi publicado pela primeira vez em 2009 e desenvolvido para ajudar revisores sistemáticos a relatar de forma transparente por que a revisão foi feita, os métodos empregados e o que os autores encontraram. A declaração PRISMA 2020 substituiu a declaração de 2009, com novas orientações que refletem os avanços nos métodos para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar estudos (Page et al., 2022).

Os procedimentos de busca foram realizados na Capes, com acesso expandido às seguintes bases de dados eletrônicas: *Scopus*, *Web of Science*, *Science Direct* e *Scielo*. Após o resultado da busca inicial, foram adotados os critérios de inclusão em filtro próprio da base Capes: (1) artigos publicados em periódicos revisados por pares; (2) anos de 2020 e 2023; (3) disponibilizados para leitura na íntegra; e (4) escritos em idioma Português, Inglês e Espanhol. Quatro buscas com combinações de termos (*Strings* de busca) foram realizadas, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Strings utilizadas para as buscas dos artigos

| Strings de busca | Resultado inicial | Após filtragem | Data da busca |
|---|-------------------|----------------|---------------|
| “políticas públicas” AND “ensino básico” AND “pandemia” | 69 | 48 | 18/05/23 |
| “políticas públicas” AND “ensino básico” AND “covid” | 9 | 7 | 19/05/23 |
| “políticas públicas” AND “educação básica” AND “pandemia” | 109 | 74 | 19/05/23 |
| “políticas públicas” AND “educação básica” AND “covid” | 15 | 10 | 19/05/23 |
| Total de artigos | 202 | 139 | |

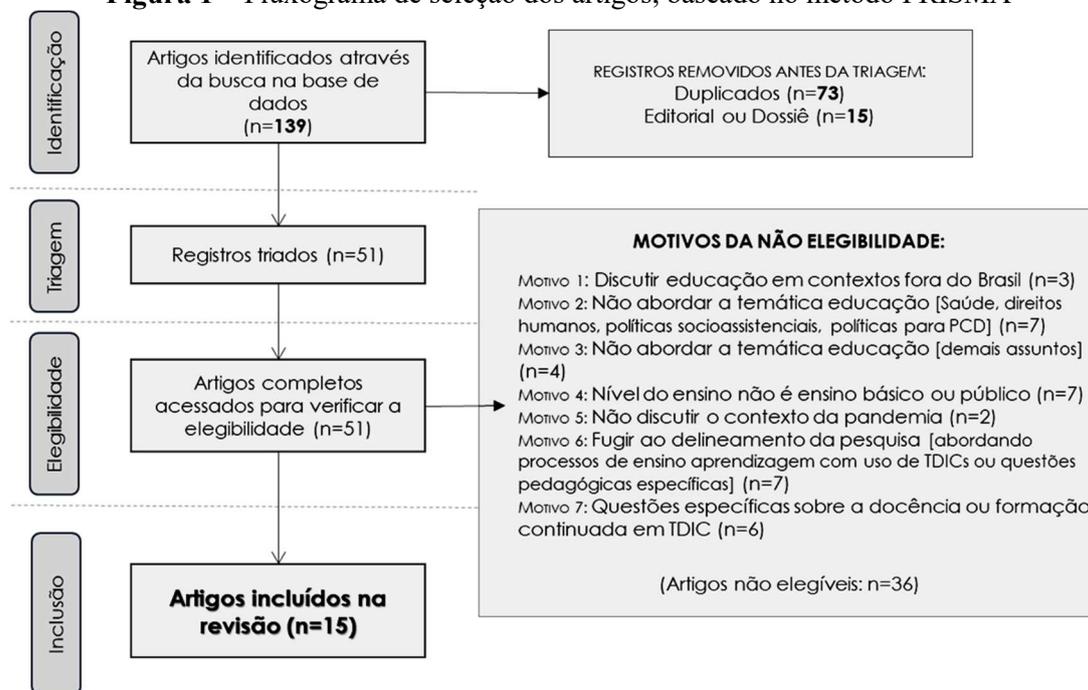
Fonte: Os autores

A busca pelos trabalhos ocorreu em maio de 2023, no momento de realização desta pesquisa e após os filtros, resultou em 139 artigos. Conforme supracitado, optou-se pela aplicação do método PRISMA, objetivando mais clareza aos procedimentos adotados. O resultado das 4 buscas foi exportado em formato RIS para o *software* Mendeley que auxiliou na unificação e verificação de estudos com duplicidade. As etapas podem ser verificadas na Figura 1 e são detalhadas a seguir:

- Etapa 1 – Identificação: dos 139 artigos, 73 foram identificados como duplicados e 15 como sendo editorial ou dossiê, somando um total de 88 artigos removidos na etapa.
- Etapa 2 – Triagem: Após a remoção, 51 artigos passaram pela triagem.
- Etapa 3 – Elegibilidade: 36 estudos fugiam ao escopo do trabalho (os motivos podem ser consultados na Figura 1), e, portanto, foram removidos nesta etapa.
- Etapa 4 – Inclusão: Após a verificação dos critérios de elegibilidade, na etapa final, foram mantidos 15 artigos para leitura na íntegra e posterior discussão.

Na Figura 1, detalha-se todo o processo descrito acima, seguindo as orientações de aplicação do protocolo PRISMA.

Figura 1 – Fluxograma de seleção dos artigos, baseado no método PRISMA



Fonte: Os autores

Resultados e discussão

Durante a análise dos 15 artigos decorrentes da RSL, foram identificadas três perspectivas de discussões sobre os efeitos da pandemia na área educacional: Categorizamos essas perspectivas em (i) eixo governamental; eixo docente e gestão escolar; e (iii) eixo discente. O Quadro 1 apresenta os autores que exploram cada uma delas.

Quadro 1 – Categorias analíticas dos artigos selecionados

| Perspectivas analíticas | Descrição |
|-------------------------------|---|
| Eixo Governamental | Financiamento e ajustes fiscais: Alves et al (2020) e Cavalcanti; Gonçalves Filho; Farage (2022); Políticas educacionais: Porto Junior et al (2020), Richter e Cerutti (2022) e Santos et al (2020) |
| Eixo Docente e Gestão Escolar | Carvalho, Cruz e Coelho (2021); Gracino et al (2021); Mato Grosso, Mesquita e Morais Júnior (2023); Moreira e Soares (2021); Pimentel e Coité (2021); Santos e Oliveira (2021) |
| Eixo Discente | Lopes Neta e Figueira (2021); Macedo (2021); Silva e Ribeiro (2022); Souza (2022) |

Fonte: Os autores

A seguir, serão discutidos os pontos cruciais identificados nos artigos em três subseções, de acordo com a categoria de discussão.

Eixo governamental

As políticas públicas desempenham um papel fundamental no Brasil, buscando garantir os direitos fundamentais na Constituição de 1988. No setor educacional, a Lei nº 9394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação define que a União coordene a política nacional de educação e auxilie estados e municípios. Isso indica que o governo federal deve investir recursos na educação básica, por meio de transferências aos demais entes e às escolas de educação básica que integram seu sistema (Brasil, 1996).

Porto Júnior et al. (2020) observam que as políticas educacionais enfrentam desafios devido a três grandes forças: globalização, revolução técnico-científica e neoliberalismo. A globalização refere-se à integração econômica, cultural e política dos países, que pode enfraquecer a autonomia dos Estados Nacionais nas suas políticas sociais. A revolução técnico-científica impulsiona mudanças rápidas na tecnologia e na ciência, que afetam a demanda por habilidades e conhecimentos específicos no mercado de trabalho. O neoliberalismo, que promove a redução do papel do Estado na economia, defende um Estado mínimo, flexibilização das normas trabalhistas, privatização de órgãos públicos, e uma ênfase no mercado como regulador das políticas sociais, incluindo a educação.

Cavalcanti, Gonçalves Filho e Farage (2022) também discutem a influência do neoliberalismo na educação, ao trazer à luz que desde a década de 1990, o Brasil tem implementado políticas neoliberais que impactam a educação pública. A Emenda Constitucional nº 95/2016, por exemplo, estabelece um teto para os investimentos em políticas públicas, limitando os recursos disponíveis para a educação. Nesse contexto, a educação pública enfrenta dois grandes desafios: a mercantilização, onde a educação é tratada como uma mercadoria com ênfase na certificação em instituições privadas, e a precarização do mercado de trabalho, influenciada pela tecnologia e caracterizada por condições de trabalho mais instáveis e incertas.

Durante a Pandemia de Covid-19, esses desafios foram exacerbados, pois conforme expõem Gracino et al. (2021) a negação da gravidade da pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro e a falta de ações coordenadas para mitigar seus efeitos sanitários intensificaram a crise. As medidas de distanciamento social e fechamento de escolas exigiram rápidas adaptações para o ensino remoto, mas a falta de investimentos em infraestrutura tecnológica e

a desigualdade de acesso a essas tecnologias dificultaram a continuidade da educação de forma equitativa. A resposta do governo foi criticada por ser mais alinhada às necessidades dos setores dominantes, como grandes empresas e setores econômicos, do que às necessidades da população em geral, incluindo os estudantes da rede pública de ensino.

Durante o período de crise, os investimentos na educação pública sofreram um impacto duplo. Primeiramente, houve uma queda na arrecadação tributária, reduzindo os recursos disponíveis para a educação, cuja principal fonte de financiamento é a vinculação de receitas líquidas de impostos (RLI). Essa redução de recursos pode aumentar consideravelmente as desigualdades nas condições de oferta de ensino, especialmente em regiões e localidades mais pobres com menor arrecadação tributária (Alves et al., 2020). Além disso, recursos das políticas públicas foram frequentemente realocados para ações de estímulo e recuperação econômica, retirando recursos da educação em favor de setores econômicos considerados prioritários (Cavalcanti; Gonçalves Filho; Farage, 2022).

Alves et al. (2020) identificam que o Estado enfrenta desafios significativos na coordenação entre diferentes níveis governamentais e instituições no âmbito da educação básica, devido à ausência de um Sistema Nacional de Educação unificado. A gestão do setor educacional e a colaboração com as autoridades locais se tornam ainda mais difíceis diante das questões decorrentes da pandemia. A desigualdade social histórica no Brasil é outro obstáculo. Embora tenham sido adotadas medidas para compensar perdas na educação, os autores enfatizam que nenhuma delas estipulou a obrigação de alocar uma parte dos recursos para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE).

Cavalcanti, Gonçalves Filho e Farage (2022) destacam que o Estado, com maior capacidade de recursos, tem a responsabilidade de aumentar os investimentos na educação para combater as desigualdades educacionais. No entanto, eles observaram uma redução de 36,38 bilhões de reais nos investimentos federais em educação de 2017 a 2020, além de uma diminuição de 2,82 bilhões nas transferências para a educação básica em relação a 2017. Essa tendência de cortes nos recursos federais foi agravada pela alocação significativa de recursos por meio de emendas parlamentares, transformando a educação em uma moeda de troca no jogo político entre o governo federal, o legislativo e os executivos estaduais e municipais.

Richter e Cerutti (2022) sublinham a necessidade de políticas de inclusão digital mais

eficazes, beneficiando estudantes, professores, gestores e pais. Nesse contexto, trazem para discussão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que propõe a integração de tecnologias digitais na educação e questionamentos sobre sua aplicabilidade nas escolas públicas, especialmente em relação à infraestrutura e ao treinamento dos professores. A harmonia entre as diretrizes propostas na BNCC e a realidade das escolas públicas é ponderada pelas autoras, que afirmam que a BNCC não consegue entender a escola como uma instituição conectada, digital e inclusiva. Argumentam que se torna evidente a necessidade de atualizar a BNCC para que esta esteja alinhada com a realidade atual e que as políticas públicas precisam ser mais precisamente alinhadas às demandas das salas de aula, dos educadores e dos gestores.

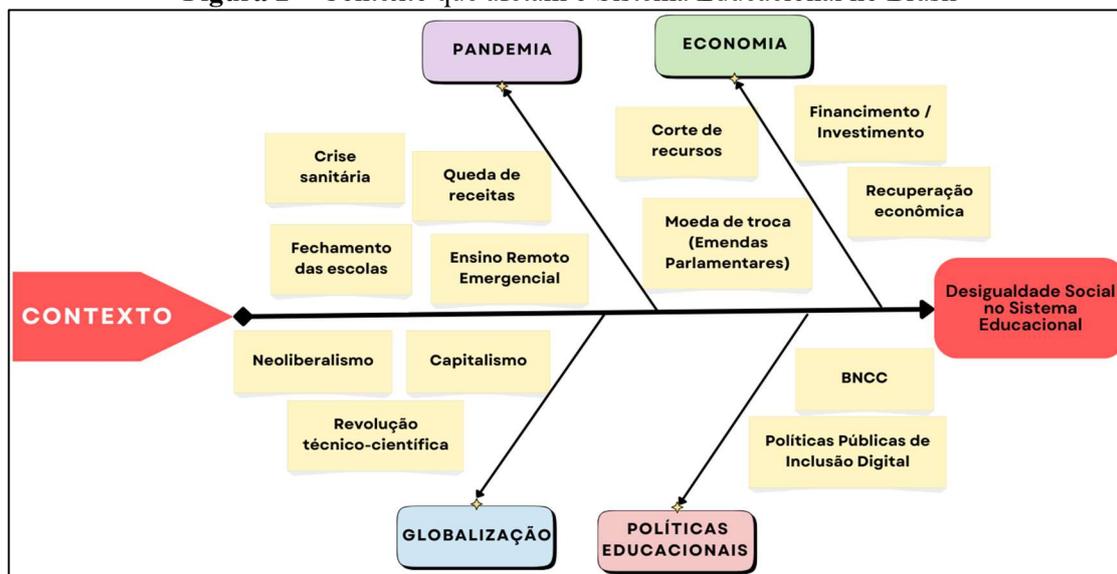
Para atender efetivamente ao que esses autores mencionam, é essencial estabelecer uma sólida articulação entre todas as partes envolvidas, compreendendo profundamente o contexto no qual uma política como a BNCC será aplicada e quais expectativas ela deve atender. No entanto, Porto Júnior et al. (2020) apontam que os governos nem sempre têm sido hábeis em articular a educação durante a pandemia. Eles analisaram publicações nacionais e destacaram o valor da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que reúne diversos grupos e entidades em todo o país. As contribuições dessa campanha e de outros movimentos não foram consideradas no edital do Ministério da Educação (MEC) para revisão do calendário acadêmico da educação básica. Isso gerou controvérsias sobre o uso de atividades não presenciais para cumprir a carga horária anual, intensificando o debate sobre o uso da tecnologia em atividades escolares remotas. A Rede da Campanha argumenta que o Conselho Nacional de Educação (CNE) negligenciou as vozes das escolas, comunidades escolares e especialistas, violando os princípios de gestão democrática, transparência e responsabilidade pública.

Em contrapartida, conforme apontado por Santos et al. (2020), o CNE esclareceu aos sistemas e redes de ensino de todos os níveis, etapas e modalidades a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas em resposta às medidas preventivas contra a propagação da pandemia de Covid-19. Além disso, os Conselhos Estaduais de Educação de vários estados e os Conselhos Municipais de Educação emitiram normas orientando as instituições sobre a reorganização do calendário escolar e o uso de atividades não presenciais. Santos et al. (2020) também ressaltam que, no Brasil, com a suspensão das aulas presenciais em março de 2020, as secretarias estaduais adotaram medidas para oferecer ensino remoto e minimizar as perdas na

aprendizagem dos alunos. No entanto, eles observam que foram as famílias que desempenharam um papel fundamental na criação das condições necessárias para que os alunos pudessem acessar as transmissões e realizar as atividades propostas, visando alcançar com sucesso os objetivos das diferentes disciplinas.

Esta seção conclui com a constatação de que diversos fatores podem exercer um impacto significativo no cenário educacional brasileiro nos últimos anos, como demonstrado nos estudos mencionados. A Figura 2 é apresentada como um guia que ilustra os possíveis caminhos que levaram à desigualdade social no sistema educacional brasileiro nos últimos anos.

Figura 2 – Contexto que afetam o Sistema Educacional no Brasil



Fonte: Os autores

Tais fatores incluem a pandemia, a influência da globalização, as flutuações na dinâmica econômica e as políticas educacionais em vigor. É essencial ressaltar que a interação complexa entre esses elementos pode ter acentuado as disparidades sociais no sistema educacional brasileiro e em razão disso, chamamos atenção para a necessidade de uma abordagem holística e eficaz por parte do estado.

Eixo Docente e Gestão Escolar

Carvalho, Cruz e Coelho (2021) advertem sobre o potencial prejuízo enfrentado pela Educação Básica durante a pandemia, destacando que professores enfrentaram desafios como

longas jornadas, falta de recursos tecnológicos e problemas no sistema de saúde. Isso impactou negativamente seu trabalho e evidenciou a ineficiência do Estado na garantia do direito à educação. Os autores apontam a necessidade de suporte financeiro, tecnológico, assistência médica e psicológica, formação contínua e orientação pedagógica. A precariedade dos recursos tecnológicos e as dificuldades com plataformas digitais foram identificadas como obstáculos significativos.

Mesquita e Morais Júnior (2023) realizaram uma pesquisa com professores da rede estadual de educação de Mato Grosso e encontraram percepções negativas sobre o ensino remoto, destacando problemas de acessibilidade, treinamento insuficiente e falta de recursos tecnológicos. O governo do Mato Grosso forneceu apoio financeiro para adquirir computadores e acesso à internet. Os autores enfatizam a necessidade de capacitar professores e alunos em tecnologia e alfabetização digital, sublinhando a importância da formação docente para promover inclusão digital e reduzir disparidades digitais.

Moreira e Soares (2021), ao pesquisarem uma região da Bahia, observaram a necessidade de considerar as particularidades das comunidades rurais para garantir uma educação remota de qualidade. Baseados em dados do IBGE, os autores salientam que o acesso à internet nas áreas rurais é extremamente limitado, com mais de 70% dos domicílios no Brasil não fazendo uso de meios digitais. Eles identificam que os principais problemas envolvem o ensino à distância e a dificuldade de acesso dos estudantes às atividades devido à carência de recursos básicos e às disparidades socioeconômicas, intensificadas pela pandemia.

Pimentel e Coité (2021) investigaram políticas curriculares na Educação do Campo, avaliando a gestão educacional durante o isolamento social. Nessa pesquisa, que foi realizada com secretários municipais de educação em 14 municípios no oeste da Bahia, os resultados indicaram a necessidade de intensificar as ações para promover práticas pedagógicas inovadoras e revelaram dificuldades na realização de atividades formativas com uso de tecnologia. Apenas um dos dez municípios que responderam ao questionário elaborou um Plano Municipal de Atividades Remotas, apontando para a ausência de um plano educacional de emergência para a pandemia. Os autores enfatizam a necessidade de ações administrativas e pedagógicas adaptadas ao contexto educacional específico para garantir a qualidade da gestão pedagógica e o cumprimento dos objetivos de aprendizado.

Santos e Oliveira (2021) conduziram pesquisas no Rio de Janeiro e constataram que mais de 30% dos profissionais de educação pararam completamente suas atividades, enquanto os que continuaram o fizeram de forma autônoma e sem apoio das escolas, evidenciando uma desconexão entre instituições de ensino e professores. A pesquisa revelou uma suspensão de atividades e a realização de tarefas autônomas sem direção clara, apontando falta de controle, planejamento e coordenação adequados.

Além dos problemas estruturais e de gestão, Carvalho, Cruz e Coelho (2021) destacam que os professores vivenciaram desgaste psicológico, sentimentos de insegurança, impotência, angústia, ansiedade e frustração durante o período de distanciamento social. Gracino et al. (2021) também indicam que os professores enfrentaram desgastes físicos e emocionais, tendo que adquirir novos conhecimentos e ferramentas sem tempo adequado para se familiarizar. A falta de preparo, a exigência de acesso à tecnologia e a necessidade de garantir que o conteúdo ministrado estivesse em consonância com o nível de aprendizagem dos alunos representaram desafios significativos. Os autores concluem que é imperativo que os gestores públicos estejam plenamente cientes dos desafios enfrentados nas escolas e não atribuam exclusivamente aos professores a responsabilidade de salvaguardar o ensino e garantir o aprendizado dos alunos.

A partir dos trabalhos discutidos nesse eixo, o Quadro 2 foi elaborado, contendo os desafios, sentimentos e caminhos para melhoria apontados pelos sujeitos pesquisados em cada trabalho. Esse quadro sintetiza as descobertas e proporciona uma visão abrangente dos obstáculos enfrentados pelos docentes e pela gestão escolar durante a pandemia, além de sugerir possíveis soluções para mitigar esses problemas.

Quadro 2 – Síntese das descobertas das pesquisas do eixo docente e gestão escolar

| Desafios | Sentimentos | Caminhos para melhoria |
|---|--|--|
| Intensas Jornadas de trabalho Escassez e precariedade de recursos tecnológicos Ineficiência dos sistemas de saúde Ausência de treinamento adequado Acesso à internet limitado nas áreas rurais Atividades formativas com uso de tecnologia na educação Trabalho autônomo e falta de direcionamento Comunicação falha entre escola e professores Falta de controle, planejamento e coordenação | Insegurança Ansiedade Frustração Impotência Angústia | Suporte financeiro, tecnológico e humano Suporte técnico-pedagógico Investir em formação continuada Repensar o modelo societário Considerar as singularidades das comunidades rurais Intensificar ações para promover práticas pedagógicas inovadoras Capacitação docente Desenvolver alfabetização digital Ações administrativas e pedagógicas adaptadas para contextos de crises Gestores cientes dos desafios enfrentados cotidianamente Gestores não devem atribuir exclusivamente aos professores a responsabilidade de salvaguardar o ensino e garantir o aprendizado dos alunos |

Fonte: Os autores

Eixo discente

Durante a pandemia, a educação, garantida pela Constituição de 1988, enfrentou desafios significativos, levantando questões sobre a proteção desse direito ou sua degradação em um privilégio restrito a uma parcela específica da população brasileira. As desigualdades digitais, inerentes a disparidades sociais mais amplas, amplificaram as diferenças educacionais e sociais preexistentes na sociedade brasileira (Macedo, 2021).

Macedo (2021) discute as adversidades da educação remota, ressaltando a necessidade de acesso à internet, dispositivos tecnológicos adequados, infraestrutura doméstica propícia para o estudo e supervisão familiar. Muitas famílias, porém, não tinham condições essenciais para apoiar o processo de aprendizagem remota devido a fatores sociais, econômicos, de saúde ou compromissos laborais. Medidas emergenciais para conectividade e ensino online são vistas como soluções temporárias, uma vez que a educação envolve mais do que a transmissão de conteúdo, incluindo interação entre estudantes, troca de experiências, trabalho em conjunto e outras formas de socialização essenciais para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

Souza (2022) identifica diversos impactos na escolarização da rede básica durante as atividades remotas, como mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Impactos na escolarização da rede básica de ensino

| |
|---|
| Fechamento imediato das escolas |
| Introdução de tecnologias de informação e comunicação (TICs) como única alternativa de ensino |
| Adaptação da casa para ser sala de aula |
| Incerteza quanto ao tempo de duração das medidas de restrição |
| Tentativas de minimizar as desigualdades com estudantes mais vulneráveis |
| Dificuldades vividas pelas famílias com trabalho em casa |
| Perdas de pessoas e familiares com as mortes em grande |
| Impossibilidade de viabilizar programas e propostas curriculares |
| Aumento de casos de violência doméstica |
| Dificuldade de comunicação com estudantes, pais ou responsáveis |

Fonte: Os autores a partir de Souza (2022)

Adicionalmente, Lopes Neta e Figueira (2021) destacam dificuldades enfrentadas pelos estudantes da rede básica, como desenvolvimento de conteúdos adaptados ao cenário pandêmico, horário irregular de aulas, não cumprimento da carga horária mínima de 4h diárias conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Brasil,1996) e o equilíbrio entre trabalho doméstico e cuidado de familiares. Para Souza (2022), essas situações revelam a necessidade de um diagnóstico geral da situação escolar, considerando os dados regionais, familiares e dos estudantes, compreendendo as dificuldades e possibilidades de acesso ao conhecimento, bem como as necessidades sociais e econômicas enfrentadas.

A desigualdade afeta especialmente famílias numerosas que dividem os trabalhos domésticos com os filhos, não vendo na escola uma forma de ascensão social. A pesquisa de Lopes Neta e Figueira (2021) mostra que, em famílias da periferia, alunos que não estavam na escola cuidavam da casa e dos irmãos. Abordar grupos vulneráveis na educação requer considerar o território, as condições familiares, a violência no ambiente doméstico e o capital cultural dos pais, que influenciam significativamente as oportunidades educacionais e a trajetória dos alunos.

Silva e Ribeiro (2022) discutem as relações entre a demanda tecnológica do ensino remoto e as necessidades básicas enfrentadas por crianças e jovens da educação básica. Os autores destacam a prioridade dada à regulamentação do ensino domiciliar nos primeiros 100 dias do governo de 2020, ressaltando a importância de refletir sobre a priorização das

necessidades da população. Os autores acreditam que o cenário político brasileiro em 2020 aprofundou as diferenças entre a realidade e a oferta de um projeto de vida que atenda às necessidades e esperanças dos jovens e que a pandemia acelerou a integração entre a escola física e virtual, revelando a fragilidade das políticas públicas, a falta de estrutura nas escolas e o caos social vivenciado pelos estudantes.

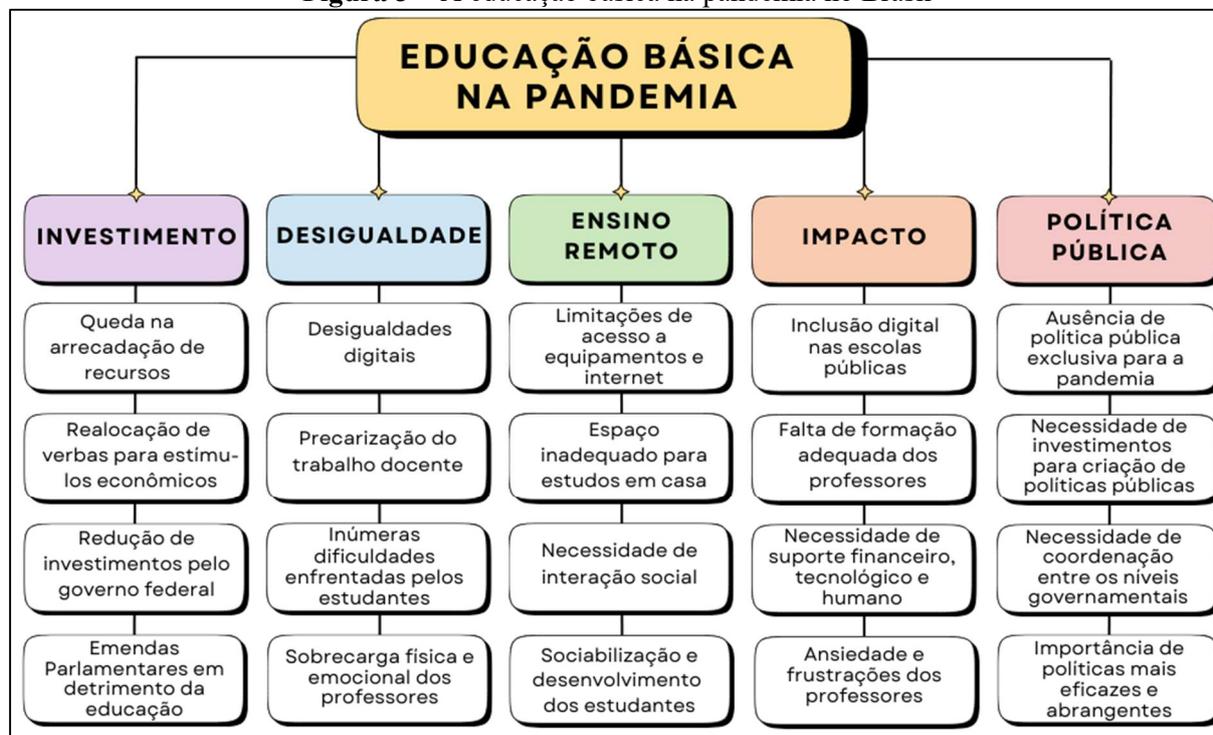
Análise Consolidada dos Eixos

Cada um dos eixos analisados revelou desafios e necessidades específicas que emergiram durante a pandemia, destacando a complexidade do impacto da crise sanitária sobre a educação básica no Brasil.

No eixo governamental, observou-se a insuficiência de políticas públicas eficazes e abrangentes, bem como a readequação de recursos financeiros, que muitas vezes priorizou estímulos econômicos em detrimento da educação. No âmbito docente, os professores enfrentaram intensas jornadas de trabalho, precariedade de recursos tecnológicos, falta de suporte e desgaste psicológico. Em relação aos estudantes, as desigualdades digitais e sociais amplificaram as barreiras ao aprendizado, evidenciando a necessidade de infraestrutura adequada, suporte familiar e a importância da socialização presencial para o desenvolvimento integral dos alunos.

Esses achados foram sintetizados na Figura 3, que ilustra as principais questões identificadas em cada um dos três eixos analisados.

Figura 3 – A educação básica na pandemia no Brasil



Fonte: Os autores

Durante a pandemia, os investimentos na educação pública foram negativamente afetados, com a queda na arrecadação de recursos e realocação de verbas para estímulos econômicos. O governo federal, que possui mais recursos, reduziu os investimentos na educação básica, priorizando emendas parlamentares. A falta de um Sistema Nacional de Educação e a histórica desigualdade social agravaram a situação, dificultando a coordenação entre diferentes níveis governamentais. É crucial que o governo aumente os investimentos na educação para reduzir desigualdades e garantir qualidade.

Quanto às desigualdades é essencial promover acesso equitativo à tecnologia, garantindo que todos os alunos e professores, especialmente em áreas vulneráveis, tenham acesso a dispositivos e conectividade. A valorização dos profissionais da educação também é fundamental, exigindo melhores condições de trabalho, treinamento adequado e suporte emocional.

Se o ensino remoto for necessário novamente, é vital investir na infraestrutura digital das escolas públicas, capacitar os professores para o ambiente digital e desenvolver estratégias que promovam a interação social dos alunos.

Os impactos da pandemia destacaram a necessidade de inclusão digital, formação contínua dos professores e apoio psicológico para lidar com a ansiedade e frustrações. Investir em políticas educacionais que abordem as desigualdades sociais e coordenem ações entre diferentes níveis de governo é essencial para enfrentar os desafios educacionais exacerbados pela pandemia.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi identificar políticas públicas educacionais e ações governamentais direcionadas ao ensino básico, no Brasil, no contexto da pandemia por meio de uma revisão sistemática da literatura nacional. Como contribuição para a discussão e aprimoramento teórico da questão em estudo, os resultados evidenciam a ausência de uma política pública especificamente voltada para enfrentar os desafios educacionais impostos pela pandemia.

Como contribuição prática, a análise dos trabalhos destaca a necessidade de desenvolver políticas públicas educacionais que abordem eficazmente os desafios decorrentes da pandemia e suas implicações. Essas políticas devem ser formuladas com um olhar atento às desigualdades sociais, incluindo investimentos adequados e a coordenação efetiva entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) para garantir a implementação de estratégias coesas e abrangentes. A pandemia também destacou o ensino remoto como uma alternativa viável em situações de emergência, embora tenha demonstrado que não pode substituir inteiramente a experiência presencial na educação. Isso reforça a importância da interação social e da socialização no desenvolvimento dos estudantes. Portanto, é crucial trabalhar na construção de um sistema educacional que combine abordagens presenciais e remotas de forma harmoniosa, proporcionando uma educação de qualidade e equitativa para todos.

Por fim, para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas qualitativas para investigar com mais profundidade, empregando método de grupo focal no qual possam participar docentes, discentes, gestores escolares e gestores governamentais compartilhando a experiência e histórias vividas no contexto escolar durante a pandemia evidenciando quais as principais estratégias adotadas para lidar com essa crise.

Referências

- ALVES, Thiago. *et al.* Implicações da pandemia da Covid-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de administração pública (Rio de Janeiro)**, v. 54, n. 4, p. 979–993, 2020.
- BBC. “Coronavirus: greatest test since world war two, says UN chief”. **BBC News** [1/04/2020]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-52114829> Acesso em 10/05/2023.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 27, p. 1, 7 fev. 2020.
- CARVALHO, Cosmerina de Souza de; CRUZ, Lilian Moreira; COELHO, Livia Andrade. A educação como direito fundamental do/a estudante na pandemia da COVID 19: o ensino remoto e a realidade de escolas públicas de um município do interior baiano. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 3, p. 1124-1142, 2021.
- CASTIONI, Remi et al. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, v. 29, p. 399-419, 2021.
- CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; GONÇALVES FILHO, Antônio; FARAGE, Eblin Joseph. Políticas Públicas e Pandemia: regressão social, financiamento e implicações para a educação pública e para a saúde. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. Especial, p. 564–583, 2022.
- GRACINO, Eliza Ribas. *et al.* A pandemia e a educação na escola pública. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 21, 2021.
- RICHTER, Ana Patrícia Henzel; CERUTTI, Elisabete. A Base Nacional Comum Curricular e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: Ampliando o olhar sobre as (con)divergências. **Dialogia (São Paulo)**, n. 41, p.21737, 2022.
- HUSSEIN, Mahmood H. et al. Measuring instructors continued intention to reuse Google Classroom in Iraq: a mixed-method study during COVID-19. **Interactive Technology and Smart Education**, v. 18, n. 3, p. 380-402, 2021.
- LOPES NETA, Natércia de Andrade; FIGUEIRA, Ana Paula Mendes Correia Couceiro. A violência simbólica contra os alunos em vulnerabilidade social durante a pandemia. **Tópicos educacionais**, v. 27, n. 1, p. 22–33, 2021.
- MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos históricos (Rio de Janeiro, Brazil)**, v. 34, n. 73, p.

262–280, 2021.

MESQUITA, Natalia Lucas; DE MORAIS JÚNIOR, Joscemar Teixeira. Ensino Remoto Emergencial na Rede Básica de Ensino do Estado de Mato Grosso: Conceitos, Práticas e Perspectivas. **Revista da Faculdade de Educação (Universidade do Estado de Mato Grosso)**, v. 38, p. 33–43, 2023.

MOREIRA, Antônio Domingos; DE SOUZA SOARES, Jamile. Educação do campo e educação a distância em tempos de COVID-19: O contexto do estado da Bahia. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 57-69, 2021.

PAGE, Matthew J. *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Rev Panam Salud Publica**; 46, dic. 2022, 2022.

PASCUCI, Lucilaine Maria; FISHLOW, Albert. Higher Education in Brazil: Retrospective, current challenges and looking ahead. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, p. e0233775, 2023.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; COITÉ, Simone Leal Souza. Política curricular e Educação do Campo: discussões e práticas de gestão educacional em tempos de pandemia. **Revista da FAEBA**, v. 30, n. 61, p. 267–282, 2021.

PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. *et al.* Interfaces da Covid-19 na Educação: Elementos e Apontamentos Iniciais No Tocantins. **Revista Observatório**, v. 6, n. 2, p. a11pt, 2020.

SANTOS, Jairo Campos dos; OLIVEIRA, Luiza Alves de. Percepções sobre as ações das redes públicas de ensino durante a pandemia. **Educação & Formação (Fortaleza)**, v. 6, n. 3, 2021.

DOS SANTOS, Eva Teixeira. *et al.* Covid 19 e Os Impactos na Educação: Percepções sobre Brasil e Cuba. **Hygeia (Uberlândia)**, p. 450–460, 2020.

SILVA, Lilian Raquel Soares da; RIBEIRO, Andrea da Silva Marques. O projeto de vida é sobreviver: tecnologia, corrupção e fome. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 10, n. 1, 2022.

SOUZA, Marilene Proença Rebello. Psicologia Escolar, políticas educacionais e os impactos da pandemia de Covid-19. **Obutchénie (Online)**, p. 40–53, 2022.

Submissão em: 27/01/2024

Aceito em: 23/09/2024

Citações e referências
conforme normas da:

